

PORTO & MAR

F
E
E
T

Ministério da Infraestrutura aprova novo PDZ do Porto

Plano será implantado de imediato, diz APS

LEOPOLDO FIGUEIREDO

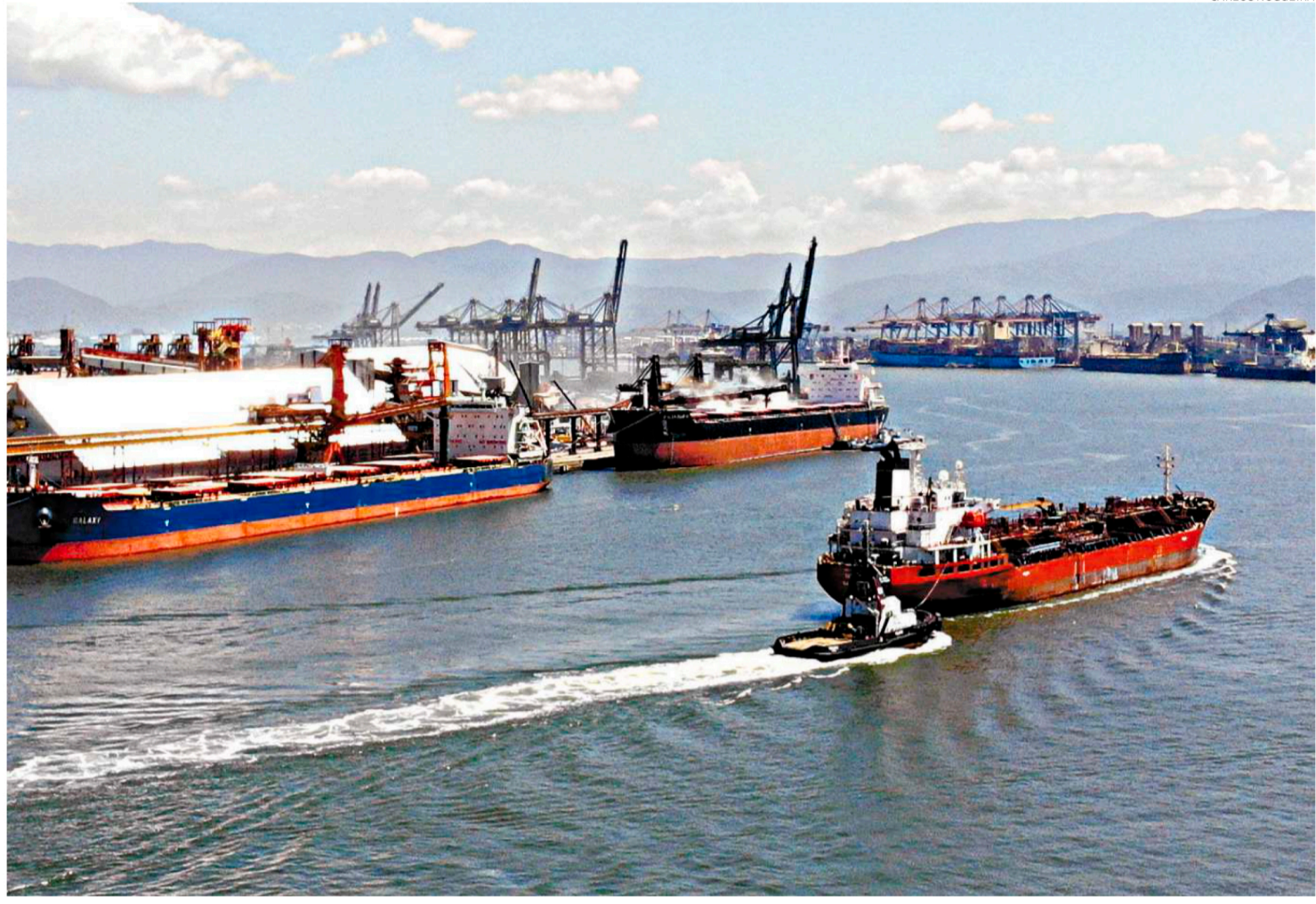
EDITOR

Após 14 anos, o Porto de Santos conta com um novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). A nova versão do estudo, que define novas diretrizes para a exploração das áreas do complexo marítimo, foi aprovada pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) ontem, informou a Autoridade Portuária de Santos (APS) com exclusividade para *A Tribuna*.

A concretização das medidas previstas no plano vão elevar a capacidade do Porto em cerca de 50% até 2040, permitindo que possa operar até 240,6 milhões de toneladas, segundo projeção da APS. Ainda segundo a empresa, nos próximos dez anos, as obras e os terminais planejados para o complexo vão gerar inves-

timentos de R\$ 9,65 bilhões e abrir 21,6 mil empregos diretos.

A aprovação da nova versão do PDZ consta da Portaria nº 1.620 do Minfra, com data de ontem e assinada pelo secretário-executivo da pasta, Marcelo Sampaio Cunha Filho. A portaria ainda revoga o plano anterior, aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Santos em 22 de março de 2006.



CARLOS NOGUEIRA

Medidas previstas no novo PDZ do Porto de Santos vão gerar investimentos de R\$ 9,65 bilhões no complexo nos próximos dez anos

“Com o novo PDZ, projetamos o Porto de Santos para o futuro, propiciando um salto de eficiência, economia de escala e produtividade. Representa um marco para a modernização do complexo, geração de emprego e renda na região. Fundamental dizer que esse trabalho só logrou êxito por conta do alinhamento entre SPA (Santos Port Authority, a versão em inglês de Au-

toridade Portuária de Santos), Minfra e Planalto em prol da infraestrutura nacional, pois o novo PDZ representa um avanço não só para Baixada Santista, mas para toda a cadeia logística nacional que depende do principal equipamento do comércio exterior brasileiro”, afirma o diretor-presidente da APS, Fernando Biral.

A nova versão do Plano de Desenvolvimento e Zonea-

mento foi elaborada pela APS no último ano. O trabalho chegou a ser criticado por algumas empresas do setor por não ter sido mais debatido com a comunidade portuária. A Autoridade Portuária afirma que realizou discussões sobre o PDZ com vários setores.

Entre as principais diretrizes do novo plano, estão a movimentação de 100% das cargas da região de influência do

Porto, a consolidação de áreas para a clusterização de cargas (a concentração de um determinado tipo de operação em uma área específica) e o aumento da participação do modal ferroviário. Também estão previstas soluções para interferências de acessos rodoviários e a destinação do cais do Valongo à movimentação de passageiros em navios de cruzeiro.